

O IDEB NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JATAÍ-GO: AVALIAÇÃO E INTERFERÊNCIAS

**Patricia Carla Ruas Guimaraes
Robson Quintilio
Beatriz Pereira Batista de Souza**

RESUMO: esta pesquisa buscou compreender a realidade vivenciada pelas escolas da rede municipal de ensino de Jataí-GO, referente a possíveis interferências produzidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A pesquisa de campo envolveu 27 escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Jataí. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: questionários e entrevista semiestruturada. Os dados da pesquisa empírica permitiram examinar como os sujeitos das escolas concebem, percebem e avaliam as interferências das políticas educacionais e, sobretudo, do Ideb na organização e gestão das escolas. Pode-se afirmar que a aplicação do Ideb desencadeou algumas mudanças e ações na rede municipal de ensino de Jataí, com intenção de alcançar as metas previstas no Ideb. A organização e a gestão também sofreram influências desse índice.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação, qualidade da educação, Ideb.

INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério de Educação (MEC), em 2007, para medir a qualidade da educação básica no Brasil. Trata-se de uma escala de zero a dez para avaliar metas bianuais para os sistemas municipais e estaduais e escolas, até o ano de 2022. A intenção do Ideb, segundo o MEC, é reunir informações sobre o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Trata-se de um índice calculado com base em dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho obtidas na Prova Brasil, realizada pelo Inep. São combinadas as informações de desempenho obtidas nesses exames padronizados, pelos estudantes ao final das etapas de ensino (quinto e nono anos do ensino fundamental e terceira série do ensino médio), com as informações sobre o rendimento escolar (aprovação) (BRASIL, 2009).

O Inep/MEC atribui um enfoque pedagógico aos resultados das avaliações em larga escala, tendo em vista atingir resultados sintéticos, considerados pelo governo como facilmente assimiláveis, e que permite o estabelecimento de metas de qualidade educacional a serem atingidas pelos sistemas de ensino.

Mas a efetivação desse indicador na realidade das escolas brasileiras não deve ter sido tão simples quanto parece. Toda mudança ou inovação gera certo *movimento* no espaço

em que ocorre, e vários posicionamentos são tomados pelos sujeitos envolvidos. Por outro lado, existem metas que, para serem atingidas pelas escolas, em um prazo estabelecido, geram tensões, conflitos e tomadas de posição.

PROBLEMA

Considerando que a análise da influência desse novo indicador no contexto escolar precisa ser feita, e buscando entender como ele interfere na organização, gestão e prática docente das escolas de educação básica municipal, propôs-se a investigar como o Ideb foi recebido pelas escolas municipais de Jataí-GO e se a sua implantação gerou algum tipo de mudança nas escolas. Além disso, buscou-se compreender também quais são os planos e ações previstos e concretizados pelo sistema municipal de ensino e pelas escolas para atingir as metas do Ideb, bem como a concepção dos agentes escolares sobre qualidade da educação, sobre o Ideb e sobre as avaliações implementadas pelo governo federal. A pergunta norteadora do processo de pesquisa, portanto, foi a seguinte: qual foi a interferência causada pelo Ideb nas escolas municipais de Jataí, no que se refere às proposições e ações empreendidas e os seus possíveis efeitos na organização, na gestão e na prática docente?

OBJETIVO

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar a realidade vivenciada pelas escolas da rede municipal de ensino de Jataí no que se refere ao Ideb, segundo a ótica de gestores e docentes, com a intenção de analisar os resultados apresentados por elas e pelo município, identificando se houve alterações nas escolas municipais para atender às metas estabelecidas, sobretudo no que tange à organização, à gestão e à prática docente.

METODOLOGIA

Durante todo o processo, foi desenvolvida pesquisa qualitativa, com análise de dados quantitativos e revisão bibliográfica, com suporte de análise documental da legislação pertinente. Foi desenvolvida, também, pesquisa empírica.

O *locus* de investigação é constituído de 27 escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Jataí, cidade situada no Sudoeste goiano. A rede municipal apresentava o maior número de escolas do ensino fundamental, em Jataí. Foram selecionadas três escolas da rede municipal de ensino de Jataí, todas de ensino fundamental, dentre as 27 existentes, com base nos dados do Ideb obtido, no ano de

2009, ano que antecedeu a aplicação dos instrumentos de investigação. Foram considerados os seguintes índices: maior, menor e mediano.

Para a realização da pesquisa de campo, os instrumentos de pesquisa utilizados foram: o questionário e a entrevista semiestruturada. Com a aplicação desses instrumentos, buscou-se apreender, em relação aos sujeitos: a) *a concepção de qualidade da educação* - conceitos, recursos para melhorar a qualidade da educação nas escolas e relação entre qualidade e avaliação; b) *a opinião sobre o Ideb e as avaliações implementadas pelo governo federal* - a busca pela qualidade, condições de oferta do ensino, interferências desse índice na organização, na gestão e na prática docente, vantagens e desvantagens; c) *as relações estabelecidas e orientações* - a realização das provas, a utilização e divulgação dos resultados obtidos, a repercussão na comunidade dos índices alcançados e, no interior do próprio sistema educacional, a existência (ou não) de espaço para debates.

Foram realizadas entrevistas com uma assessora pedagógica das séries iniciais da Secretaria Municipal de Educação (SME), com diretores das três escolas selecionadas, e com o diretor de uma quarta escola (entrevista teste, aproveitada posteriormente). Também foram utilizadas as informações obtidas por meio dos questionários aplicados aos professores e coordenadores que trabalhavam nas três escolas selecionadas, bem como aos diretores das outras 23 escolas da rede municipal de ensino de Jataí (urbanas e rurais).

RESULTADOS

A educação de qualidade não depende apenas da criação e da implementação de políticas educacionais, pois implica a tomada de consciência dos indivíduos como agentes de uma sociedade, com direitos conquistados e deveres a serem cumpridos, no pleno exercício de sua cidadania.

As avaliações desenvolvidas pelo governo federal, desde a década de 1990, seguem a lógica de gerenciamento da educação, na busca pela qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas brasileiras, o que reforça a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre os efeitos desse tipo de avaliação no interior da instituição, pois cabe investigar como essas interferências são recebidas pelos atores escolares. O risco de a avaliação limitar-se à verificação do mérito e à dissimulação da desigualdade social, na forma de indicadores numéricos, existe e precisa ser discutido, pois a avaliação pode ser utilizada como forma de responsabilizar, pressionando municípios e escolas a alcançarem determinados resultados. No entanto, a avaliação não deve se prestar ao papel de instrumento de pressão ou de simples monitoramento de tendências, pois a utilização para tais fins aumenta o risco de ser camuflada

a realidade da educação brasileira. E ainda, a aplicação de testes estandardizados, que avaliam apenas áreas específicas do conhecimento, não contempla a amplitude dos conteúdos ensinados na escola e que compõem a grade curricular, assim como os bons índices obtidos na aplicação do Ideb não significam aumento de aprendizagem, podendo, até mesmo, ocultar a baixa qualidade.

Percebe-se a implantação, pelos estados e municípios, em razão de estímulos do governo federal, de políticas de responsabilização com fortes consequências ou de alto impacto. Essas iniciativas vinculam a distribuição de recursos para os sistemas e escolas e o pagamento de gratificação ou bonificação para os professores e gestores de acordo com resultados obtidos nos exames nacionais e/ou estaduais.

Pode-se afirmar que as políticas de avaliação podem contribuir para a realização de um *diagnóstico* do desempenho dos estudantes na educação brasileira, mas parecem distantes da constituição de uma educação de qualidade no país. Em virtude do ranqueamento das instituições e sistemas e do estímulo à competição, que classificam os alunos em capazes ou incapazes e as escolas em mais ou em menos eficientes, entende-se que essa não é a melhor forma de obter uma educação de qualidade social para todos, uma vez que não permite contribuir para uma avaliação diagnóstica, compreensiva e formativa, que efetivamente ajude as escolas e os professores a identificarem os problemas relacionados à aprendizagem dos estudantes e atuarem para sua solução.

Para que esta pesquisa fosse realizada, algumas categorias de natureza teórico-conceitual foram fundamentais, dentre as quais, *qualidade da educação*, *políticas educacionais* e *avaliação das políticas educacionais*. Portanto, buscou-se compreender essas categorias com base em obras de alguns autores que subsidiaram a elaboração da tese e que foram fundamentais para a compreensão de conceitos utilizados, tais como Dourado, Oliveira e Santos (2007), Dourado e Oliveira (2009), Afonso (2001; 2003; 2009) e Sousa (2009).

Essas três categorias subsidiaram a análise dos dados obtidos na pesquisa bibliográfica e empírica, o que permitiu conhecer um pouco mais a realidade jataiense, especificamente a rede municipal de ensino.

Durante a realização da pesquisa empírica, buscou-se apreender as concepções dos sujeitos sobre a qualidade da educação, suas opiniões sobre o Ideb e as avaliações instituídas pelo governo federal, as ações e relações estabelecidas, bem como as orientações recebidas da SME e do MEC.

Os resultados obtidos permitiram a identificação e a organização de três categorias sobre o Ideb e as escolas municipais de ensino fundamental de Jataí: a) *concepções*; b)

percepções; e c) *interferências*. A primeira refere-se às *concepções* dos sujeitos sobre qualidade da educação, avaliação educacional e Ideb. A segunda diz respeito às *percepções* dos sujeitos pesquisados em relação a esses três temas, especialmente no tocante ao contexto escolar. E a terceira enfoca a presença ou a ausência de *interferências* causadas pelo Ideb, também de acordo com os sujeitos pesquisados, tanto na rede municipal de ensino de Jataí quanto nas escolas, de forma localizada.

No que se refere às *concepções* apresentadas pelos sujeitos, pode-se afirmar o que se segue. A educação de qualidade, para a maioria dos sujeitos, é aquela em que o aluno pode estudar em um local com infraestrutura adequada e professores qualificados, com boas condições didático-pedagógicas, de forma que aprenda a utilizar os conhecimentos obtidos no seu cotidiano. Além de aspectos pedagógicos e estruturais da escola, em que se priorizam as condições de ensino, o projeto pedagógico e o ato educativo, os sujeitos demonstraram preocupação com aspectos políticos e sociais da formação dos alunos. Foi possível perceber uma concepção mais ampla de qualidade do que aquela restrita aos exames e índices que ressaltam o desempenho do estudante. Portanto, na opinião dos sujeitos, além de transmitir conhecimentos, a escola deve contemplar a formação de indivíduos para a vida em sociedade, ou seja, a escola tem parcela essencial na formação do cidadão crítico e participativo. Deve-se oferecer estrutura física, material e financeira condizente com suas atribuições, mas é essencial que a formação docente e as concepções políticas e sociais predominantes na escola se direcionem para os objetivos de formação mais ampla do alunado;

Para que se possa melhorar a qualidade do ensino fundamental, os sujeitos concebem como fatores essenciais: a participação da comunidade escolar, a formação dos professores, a participação da família na educação dos alunos, o ambiente educativo, o espaço físico da escola, as condições de trabalho dos profissionais da escola e as condições salariais dos professores. Outros itens foram comuns nos três grupos de sujeitos (diretores, coordenadores e professores). Os diretores citaram a gestão da prática pedagógica, os coordenadores mencionaram a avaliação da aprendizagem e o acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola e os professores citaram o PPP e os projetos desenvolvidos. É interessante observar que os respondentes, em geral, destacaram mais os aspectos intraescolares do que extraescolares como necessários para melhoria do ensino fundamental.

A relação entre a qualidade da educação e as provas e testes de avaliação, implementados pelo governo federal, parece não existir para a maioria dos sujeitos, que apresentaram as seguintes justificativas: porque a avaliação não é um mecanismo determinante da qualidade, visto que as pessoas aprendem de forma diferente, e essa forma de

avaliação não considera as diferenças pessoais e contextuais existentes; porque a avaliação deveria ocorrer em outros momentos da vida escolar e não apenas durante a aplicação de uma prova, pois não se consegue, por esse meio, aferir a qualidade da educação; e porque existem outros fatores, como por exemplo, intempéries, ausência de alunos no dia da prova, e outros, que interferem nos resultados obtidos nas avaliações e que não têm relação com o conhecimento de cada aluno. De certa forma, é surpreendente ver que a maioria dos professores, coordenadores e diretores não percebeu relação entre qualidade da educação e as provas e índices, pois, supostamente, as ações governamentais existem para produzir qualidade, como mostram os documentos que criam e justificam esses exames e índices. De certo modo, o entendimento dos sujeitos a respeito dessa questão evidencia que as políticas e ações definidas centralmente dialogam precariamente com os atores escolares ou não atingem efetivamente o *chão* da escola e ao trabalho docente. De acordo com a opinião dos sujeitos, os testes e avaliações tentam verificar a qualidade da educação ofertada, mas os resultados obtidos limitam-se a determinados conteúdos e não há instrumentos para verificar as reais condições em que o aprendizado ocorre, e ainda, se realmente os bons ou baixos índices obtidos são provenientes da apreensão do conteúdo avaliado. Os sujeitos destacaram outros fatores que interferem nessa avaliação estandardizada, bem como inúmeros outros aspectos deveriam ser avaliados para que se possa afirmar se a escola brasileira oferta ou não ensino com qualidade.

No tocante às *percepções*, foi possível destacar que, na opinião dos sujeitos, o município de Jataí tem efetivamente instituído um modo próprio de avaliação do desempenho dos estudantes, o que inclui aplicação de provas e realização de diagnósticos, mas que não pode ser chamado de *sistema de avaliação*. Os agentes escolares incluíram outras ações de avaliação no interior das escolas, que procuram fazer uma avaliação diagnóstica, contínua, tendo em vista compreender o desenvolvimento intelectual de cada aluno, mas também procedem à aplicação de simulados, com a intenção de *treinar* os alunos, de certa forma, para a realização das provas (Prova Brasil). A rede municipal de ensino de Jataí concebeu estes instrumentos próprios de avaliação como relevantes para preparar os alunos para a realização das provas externas, ou seja, com base em experiências prévias e periódicas, os alunos apresentam melhores condições de demonstrarem como está o seu rendimento nas disciplinas avaliadas e para habituarem-se aos procedimentos utilizados durante a aplicação das provas. Os docentes, por sua vez, apesar de, em grande parte, afirmarem a eficácia das avaliações internas, por outro lado demonstraram certo receio em relação à repercussão dos resultados, que poderiam comprometer e questionar seu trabalho cotidiano em sala de aula, além de

gerarem novas cobranças. A responsabilização de todo um processo não pode recair apenas sobre os professores e seu trabalho na escola. Pode-se afirmar que existe sempre mais de um lado da avaliação, seja em larga escala, seja realizada internamente. É preciso olhar com parcimônia a reprodução de testes preparatórios, que se pode denominar pseudo-simulados, pois eles podem limitar a prática pedagógica e a aprendizagem dos alunos a determinados conteúdos, relegando ao segundo plano o universo do currículo escolar que deve ser contemplado nas séries do ensino fundamental;

Houve divergência de opiniões entre o grupo de professores e os grupos de diretores e coordenadores, no que se refere à contribuição do Ideb para melhorar a qualidade da educação em Jataí. A maioria dos professores afirmou não haver contribuição, ao passo que coordenadores e diretores, majoritariamente, disseram que há contribuições. A opinião dos sujeitos apresentou-se dividida, isto é, não houve grande diferença entre o percentual de respostas positivas e negativas.

A maioria dos coordenadores afirmou que o Ideb de sua escola reflete a realidade da aprendizagem e da qualidade de ensino, porque eles procuram manter o padrão de qualidade que se espera atingir, com profissionais qualificados e condições estruturais e didático-pedagógicas satisfatórias. No entanto, a maior parte dos professores e diretores disse que o Ideb não reflete a realidade da sua escola, porque existem outros fatores intervenientes, que influenciam os resultados obtidos nas provas aplicadas pelo governo e porque apenas os professores efetivamente conhecem da realidade da aprendizagem em sua sala de aula e da qualidade do ensino ofertado.

Na opinião dos sujeitos, a aplicação do Ideb apresentou *vantagens e desvantagens* para a realidade escolar. De um modo geral, a principal desvantagem apontada é o fato desse índice não considerar os diferentes contextos sociais e as diferenças de aprendizagem dos alunos; e a principal vantagem, é que as escolas tentam melhorar suas condições de ensino e aprendizagem, buscando alcançar as metas previstas pelo Ideb, bianualmente. A maioria das respostas apontou vantagens, e a minoria, as desvantagens, embora com pequena diferença percentual entre as duas opiniões, o que demonstra, de certa forma, contrariando outras opiniões externadas pelos sujeitos, que eles ainda acreditam no Ideb e na sua influência positiva no contexto escolar.

As escolas desenvolvem ações que visam a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa, conforme afirmou a grande maioria dos sujeitos. O grupo de diretores, envolvido na gestão escolar, demonstrou deter maiores informações sobre a existência ou não de projetos nessa área. Segundo eles, a SME de Jataí parece apoiar a

realização das ações que visem melhoria do desempenho dos alunos nestas duas disciplinas. Foi possível evidenciar algumas divergências significativas entre os diretores, que responderam que há apoio da SME, e os coordenadores, que afirmaram não haver esse tipo de apoio (em sua maioria). Como ambos os grupos participam em conjunto da gestão das escolas municipais, questiona-se se a divergência de respostas pode significar falta de informação ou seria apenas divergência de opinião.

Na percepção dos sujeitos, a SME também incentiva a melhoria do desempenho e do rendimento escolar no ensino fundamental, de um modo geral, pois há equipes que acompanham os professores na escola e oferecem orientação em relação à forma de lidar com dificuldades de aprendizagem na escola. Foi citada, ainda, a oferta de profissionais qualificados em áreas específicas, para atender à clientela escolar, como psicopedagogos, psicólogos, e outros, apesar do número insuficiente diante da demanda.

Com relação às *interferências*, a maioria dos sujeitos afirmou que, em sua escola, houve alguma adaptação, mudança ou tentativa de se ajustar às exigências do MEC para melhorar os índices alcançados. Os docentes pareceram perceber que estavam se adaptando e se ajustando mais às exigências federais para melhorar os números do Ideb e das provas, o que pode ter uma conexão com o movimento de responsabilização docente. Dentre os sujeitos que disseram haver adaptações e tentativas de se ajustar às exigências do MEC, foram apontadas as seguintes justificativas: a verba propiciou a criação de melhores condições de ensino e aprendizagem e houve iniciativa da direção e da coordenação pedagógica para melhorar a aprendizagem; parte dos diretores e professores afirmou que houve iniciativa também dos professores nesse sentido. Portanto, além de o Ideb ter gerado algumas mudanças, adaptações e tentativas da escola com o objetivo de melhorar os índices alcançados e atingir as metas previstas bianualmente, eles possivelmente serão intensificados ao longo dos anos.

A opinião dos sujeitos convergiu, também, no que se refere à atuação da SME, para elaboração e implantação de alguma ação visando a melhoria do Ideb nas escolas. Eles citaram a preparação dos alunos para a realização da prova aplicada pelo governo e investimento na melhoria das condições de aprendizagem, nas escolas, tanto referentes à estrutura física e material, como ao preparo dos docentes para desempenho de suas funções. Embora não explicitassem que essas ações fossem direcionadas para a melhoria do Ideb obtido por cada escola, trata-se de intervenções para incrementar a qualidade da educação existente na rede municipal de ensino ou melhorar o desempenho no referido índice.

A divulgação dos índices obtidos pelas escolas municipais, em Jataí, e pelas próprias escolas, em que os sujeitos atuam, segundo os entrevistados, ocorreu mais no espaço escolar do que externamente, ou seja, não atingiu grandes proporções, por estar restrita ao interior das escolas, como a fixação de cartaz com os resultados obtidos no mural da escola. Outras formas de divulgação citadas pelos sujeitos foram: cartazes colocados na SME, divulgação dos resultados para os alunos em sala, em reuniões, diálogo e palestras com professores e familiares e pelo perfil da escola no *Facebook*. A maioria dos sujeitos afirmou que é preciso divulgar o Ideb alcançado, pois, dessa forma, a comunidade escolar fica sabendo dos resultados obtidos e da classificação da escola no *ranking* geral e, caso esses índices sejam baixos, ela pode envolver-se em ações para melhorar a média obtida na próxima avaliação. A posição favorável à divulgação do Ideb é surpreendente, podendo estar associada à defesa da transparência, à legitimação do índice ou mesmo à cobrança em relação ao próprio trabalho. Foi possível perceber que, efetivamente, a publicação dos índices ocorreu mais em escolas que apresentaram bom rendimento e que conseguiram atingir as metas projetadas, pois parece que elas utilizam essa informação para incentivar alunos e professores, e, também, como forma de promoção dessa instituição de ensino.

A rede municipal de ensino, segundo os sujeitos, utiliza os resultados obtidos no Ideb prioritariamente para cobrar mais das escolas que não estão bem, estabelecendo comparação entre elas, e quando a escola vai bem, ela é elogiada e mencionada pela SME em diversas situações, como reuniões, entrevistas, etc. As escolas municipais também utilizam os resultados da Prova Brasil e do Ideb para incentivar as escolas a atingirem bons resultados e a alcançarem as metas previstas, cobrando melhoria dos índices;

A questão da interferência externa e/ou da autonomia no trabalho escolar é complexa. O trabalho pedagógico dos coordenadores e professores ainda parece guardar certas características de um trabalho intelectual autônomo em que esses agentes creem na sua autodefinição e construção. Todavia, em outras respostas, percebe-se que vêm crescendo as determinações e cobranças externas, o que contribui para a ampliação do grau de heteronomia e subordinação do trabalho escolar às metas e resultados esperados, cujo objetivo é alcançar as previsões feitas, ou seja, buscar a *eficácia* ou a *excelência*;

Na realidade investigada, não foi possível perceber competição entre escolas municipais para alcançar maiores índices, mas é visível a comparação dos resultados obtidos. A busca dos professores por resultados manifesta-se na tentativa de *treinar* os alunos para fazerem boas provas, durante a aplicação da avaliação, dentre outras estratégias. Pressupõem-

se três faces da questão: a busca constante pela *excelência*, simplesmente a obediência e submissão às políticas educacionais propostas, ou ainda, a junção dos dois primeiros itens.

CONCLUSÕES

Com base nesses traços gerais, pode-se afirmar, portanto, que o Ideb desencadeou algumas mudanças e ações na rede municipal de ensino, com a intenção de alcance das metas previstas para cada biênio, mesmo que não sejam especificamente direcionadas para esse fim, mas que contribuem para que as metas fossem atingidas. A organização e a gestão também sofreram influências desse índice, pois foram operacionalizadas outras formas de avaliação no interior do contexto escolar, com vistas à preparação para a Prova Brasil, bem como projetos foram criados com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos alunos. A conscientização dos sujeitos acerca da existência dessas mudanças e de que muitas dessas ações são direcionadas para a melhoria do Ideb nem sempre existe, no entanto, foi mencionada nas respostas dadas, durante a investigação.

Vale ressaltar que, de acordo com os dados obtidos na pesquisa empírica, nem sempre a escola que apresenta melhores resultados no Ideb é a que oferece melhores condições de ensino, isto é, de acordo com os sujeitos, há escolas com baixos índices e que desenvolvem um trabalho exemplar, ao passo que outras apresentam índices iguais ou acima das metas pré-estabelecidas e demonstram precariedade no que se refere à qualidade da educação ofertada. Pode-se afirmar que os índices, de forma isolada, não permitem conhecer a realidade das escolas, pois a educação de qualidade ocorre em decorrência de um conjunto de fatores intra e extraescolares que devem ser considerados, bem como do trabalho em equipe realizado com seriedade e comprometimento, na busca da formação de indivíduos conscientes e críticos, que não apreendam os conteúdos de forma isolada, mas que se utilizem desse aprendizado em sua vida como cidadãos politizados.

Depreende-se, pois, com base nos resultados da pesquisa, que os índices obtidos pelas escolas brasileiras podem até contribuir para um diagnóstico da realidade da educação no país, mas são insuficientes para que se classifique a qualidade da educação em boa, insatisfatória ou ruim. É preciso que haja um amadurecimento coletivo da educação, de modo a se ater menos aos índices e aos números a serem alcançados e mais ao processo e ao desenvolvimento dos estudantes, visando a formação de sujeitos críticos e participativos, em condições de exercer plenamente sua cidadania e viver em sociedade. Quando o processo tem seriedade e comprometimento, possivelmente o resultado final é satisfatório.

Portanto, pode-se afirmar que as políticas educacionais brasileiras, de modo especial as relativas à avaliação em larga escala, que visam contribuir para a implementação de novas políticas direcionadas para a educação de qualidade, não têm conseguido alcançar seus objetivos por não conseguirem ultrapassar a função de medir o desempenho, ampliar a competitividade e estabelecer classificações. O problema da qualidade é bem mais amplo e envolve especificidades contextuais e conjunturais, fatores intra e extraescolares, aspectos sociais, financeiros, culturais e pedagógicos que não podem ser aferidos em uma avaliação aplicada aos alunos, nem com base em números que divulgam o desempenho escolar.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 35-46, jan/abr. 2003.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 75, p. 15-32, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 set. 2011.

BRASIL. **Ideb**. 2009. MEC/Inep. Disponível em: <http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=13>. Acesso em: 18 maio 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

SOUSA, Sandra Zákia Lian de. Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação. **Pesquiseduca**, Santos, v. 1, n. 2, p. 89-92, jul./dez. 2009.